CONJUNTURA INTERNACIONAL

74 ▪ Conjuntura Internacional ▪ Belo Horizonte,
ISSN 1809-6182, v.19 n.2, p.74 - 81, jul. 2022

Artigo

Embargo Econômico Enquanto Instrumento de Política Externa Estadunidense: O Caso da Venezuela Contemporânea

Economic Embargo as an Instrument of us Foreign Policy: the Case of Contemporary Venezuela

El Embargo Económico momo Instrumento de la Política Exterior Estadounidense: el Caso de la Venezuela Contemporánea

Lucas Edgardo Pordeus Leon[1]
Pedro Henrique de Moraes Cicero[2]

Recebido em: 29/06/2022
Aprovado em: 04/12/2023

DOI: 10.5752/P.1809-6182.2022v19n1p74-81

Resumo:
O artigo examina a consolidação do embargo econômico imposto pelos EUA à Venezuela enquanto instrumento de política externa em resposta ao crescimento da multilateralidade no hemisfério vis a vis a ascensão chinesa. Analisam-se os impactos do embargo na economia venezuelana e sua flexibilização a partir da guerra na Ucrânia.
Palavras-Chave*: Relações EUA/Venezuela, Bloqueio Econômico, Política Externa*

Abstract:
The article examines the economic embargo imposed by the USA on Venezuela as an instrument of foreign policy in response to the growth of multilateralism in the hemisphere vis-à-vis the rise of China. The impacts of the embargo on the Venezuelan economy and its easing following the war in Ukraine are scrutinized.
Keywords: US/Venezuela Relations, Economic Embargo, Foreign policy

Resumen:
El artículo examina el embargo económico impuesto por Estados Unidos a Venezuela como instrumento de política exterior en respuesta al crecimiento del multilateralismo en el hemisferio frente al ascenso de China. Se analizan los impactos del embargo en la economía venezolana y su flexibilización tras la guerra en Ucrania.
Palabras-Claves: Relaciones EEUU/Venezuela, Embargo Económico, Política Externa

1 Graduado em Comunicação Social - Jornalismo pela Universidade de Brasília (UnB); e mestre em Ciências Sociais pelo Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais – Estudo Comparados sobre as Américas (PPGECsA) do Departamento de Estudos Latino-Americanos (ELA) da UnB. Contato: lucaspleon@gmail.com.

2 Mestre e doutor em Ciência Política pela Universidade Estadual de Campinas; professor de Relações Internacionais no Instituto de Economia e Relações Internacionais (PPGRI) da Universidade Federal de Uberlândia (UFU); e professor colaborador do Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais – Estudos Comparados sobre as Américas (PPGECsA) da Universidade de Brasília (UnB). Contato: pedrohenrique@ufu.br.

INTRODUÇÃO

Este artigo, apoiando-se em fontes primárias e em agendas de pesquisa especializadas, analisa a recente consolidação do embargo econômico liderado pelos Estados Unidos da América (EUA) contra a Venezuela. O argumento centra-se na hipótese de que a ação compõe parte da estratégia da política externa estadunidense, com objetivo de combater a expansão da multipolaridade no hemisfério, em especial, devido ao aumento da influência da China na região.

Para tanto, na primeira seção, discorre-se sobre os dispositivos legais estabelecidos com vistas a instituir o bloqueio econômico para, então, apontar como o embargo contribuiu decisivamente para dilapidar as estruturas econômicas do país sul-americano ao reduzir sobremaneira a captação de seus recursos petroleiros, o principal ativo econômico da Venezuela. Na segunda seção, abordam-se os motivos que justificaram a adoção dessa contundente estratégia de política externa, analisando-se a maneira pela qual ela se perpetuou ao longo de três administrações presidenciais em Washington. Por fim, discorre-se sobre a flexibilização do embargo iniciada após a guerra na Ucrânia.

O EMBARGO

A norma que abriu margem para a consolidação do embargo estadunidense contra a Venezuela foi a Lei 113-278, intitulada "*Venezuela Defense of Human Rights and Civil Society Act of 2014"*. O dispositivo autoriza o Presidente dos EUA a impor sanções contra a Venezuela[3]. Sancionada em dezembro de 2014, o instrumento legal foi aprovado no Congresso com amplo apoio, tanto de Democratas quanto de Republicanos.

A Lei firmou-se enquanto resposta de Washington às reverberações decorrentes dos acontecimentos conhecidos como "*La Salida",* a onda de protestos liderada pela oposição venezuelana contra o governo do Presidente Nicolás Maduro. Iniciadas em fevereiro de 2014, as manifestações objetivavam a deposição de Maduro e resultaram em, ao menos, 43 mortes[4]. Entre as vítimas estavam opositores, simpatizantes chavistas, policiais e transeuntes não diretamente envolvidos nos protestos[5].

A promulgação da referida Lei inaugurou, pois, uma nova fase da política externa dos EUA em relação à Venezuela. Consolidou-se, assim, uma postura proativa, visando abertamente a deposição de Maduro. Três meses após a sanção da Lei, o Presidente **Barack Obama** emitiu a Ordem Executiva 13.692, decretando "emergência nacional" nos EUA ao reconhecer o país caribenho como uma ameaça "incomum e extraordinária" à segurança estadunidense[6]. Na prática, a decisão conferiu a Venezuela tratamento semelhante ao dispensado aos principais opositores de Washington (Irã, Síria, Cuba e Coreia do Norte).

Desde então, a Venezuela e seus cidadãos foram alvo de, ao menos, 506 atos de sanção econômicas, os quais resultaram em diferentes consequências práticas (Telesur, 2021). Para efeito de compreensão, podemos diferenciá-las entre as **individuais**, direcionadas a pessoas físicas e suas empresas; as **financeiras**, que afe-

3 Disponível em https://www.congress.gov/bill/113th-congress/senate-bill/2142.

4 Conforme noticiado em https://brasil.elpais.com/brasil/2014/02/21/internacional/1392951445_782523.html

5 Conforme registrado em https://venezuelanalysis.com/analysis/11211; e https://twitter.com/victimaguarimba.

6 Documento disponível em https://www.govinfo.gov/content/pkg/FR-2015-03-11/pdf/2015-05677.pdf.

tam as capacidades de financiamento do país e das empresas de determinado setor econômico, em especial as ligadas à cadeia produtiva do petróleo; as **comerciais**, que bloqueiam o comércio de bens e serviços específicos e, por fim, as **secundárias**, que atingem a empresas e pessoas de países que são parceiros comerciais na nação embargada. Cumpre salientar que, até agosto de 2017, os EUA aplicaram apenas sanções individuais que, sem efeitos importantes sobre a economia nacional, afetaram exclusivamente pessoas vinculadas ao governo Maduro (Leon, 2022).

Por sua vez, uma nova fase do bloqueio imposto a partir de agosto de 2017, já durante a administração do Republicano **Donald Trump**, afetou estruturalmente a economia venezuelana ao proibir o acesso ao mercado financeiro estadunidense da Petróleos de Venezuela S.A. (PdVSA), do governo da Venezuela e do Banco Central da Venezuela (BCV) [7]. Além disso, Washington colocou sob suspeita todas as transações monetárias vinculadas à Venezuela, ocasionando o bloqueio de canais financeiros com instituições de outras nações, além de congelar ativos do país no exterior, medida também adotada pelo Reino Unido e Portugal. Proibiu-se, ainda, o pagamento dos dividendos ao governo venezuelano provenientes da empresa *Citgo*, principal filial da PdVSA no exterior (Leon, 2022).

Após a aplicação da primeira Medida Coercitiva Unilateral (MCU) direcionada ao setor financeiro, a velocidade da retração da produção petroleira na Venezuela triplicou. Em um contexto em que, no ano de 2012, o comércio de hidrocarbonetos foi responsável por 96% das divisas que ingressaram no país[8], o embargo imprimiu perdas significativas à economia venezuelana. De uma retração do setor petrolífero de 11,5% experimentada em 2017, o índice de retração aumentou para 30,1% em 2018. A diferença implicou na perda de US$ 8,4 bilhões em divisas, também necessárias para a manutenção das importações do país (Weisbrot; Sachs, 2019).

A retração das exportações petrolíferas, no caso da Venezuela, tem fortes implicações porque um dos principais "efeitos colaterais" do rentismo que caracteriza a economia local é a necessidade de importações de produtos de consumo básico. Isso ocorre, pois os *petrodólares* fazem com que seja comercialmente mais vantajosa a importação desses produtos do que a sua produção interna. Em 2018, os venezuelanos importaram 75% dos alimentos que consumiram, assim como 90% dos insumos para produção de remédios (Oliveiros, 2020).

A partir de novembro de 2018, o bloqueio assumiu caráter ainda mais incisivo, ao proibir o comércio de ouro[9], petróleo[10] e demais minerais[11]. A última medida imposta pelos EUA nesse contexto foi a suspensão, em outubro de 2020, da permissão de trocar petróleo cru por diesel[12], o que ocasionou o fim desse tipo de permuta com companhias europeias e asiáticas[13]. Após o embargo comercial, a produção de barris de petróleo, que vinha de uma retra-

7 Mais detalhes da medida disponível em https://home.treasury.gov/system/files/126/13808.pdf.

8 Dados disponíveis em http://www.bcv.org.ve/estadisticas/balanza-de-pagos.

9 Mais detalhes sobre o embargo ao ouro em: https://www.govinfo.gov/content/pkg/FR-2018-11-02/pdf/2018-24254.pdf

10 Documento disponível em: https://www.govinfo.gov/content/pkg/FR-2019-01-30/pdf/2019-00615.pdf

11 Mais detalhes da sanção à Minerven em: https://home.treasury.gov/news/press-releases/sm631.

12 Conforme noticiado em https://www.reuters.com/article/us-venezuela-oil-diesel-idUSKBN29N1VF

13 Conforme noticiado em https://www.reuters.com/article/us-usa-venezuela-oil-sanctions-idUSKBN25R29Z.

ção média de 3,1% ao mês, passou a cair, em média, 4,8% ao mês nos 20 meses após o bloqueio ao petróleo, que foi efetuado em janeiro de 2019 (Oliveiros, 2020).

Ademais, para evitar a transferência do comércio para outros países, os EUA impuseram MCUs secundárias contra pessoas e empresas de diferentes nacionalidades. A de maior impacto foi contra subsidiárias da *Rosneft Oil Company*, em fevereiro de 2020. A empresa era responsável pela compra, em meio ao embargo comercial, de cerca de 80% do óleo produzido na Venezuela, além de fornecer quase toda gasolina importada pelo país em 2019[14]. Em consequência, a companhia russa se viu obrigada a abandonar suas transações na Venezuela pelo temor dos acionistas[15], causando severa escassez de gasolina (Rodríguez, 2021).

Importante salientar que o bloqueio contra a Venezuela não causou impactos relevantes no mercado estadunidense, apesar da abrupta ruptura nas importações de petróleo venezuelano (GAO, 2021). Isso graças ao *boom* do *fracking* nos EUA que, desde meados dos anos 2000, resultou na expansão em larga escala de sua produção de petróleo, óleo de xisto e gás através do controverso e ultra poluente método de extração por "faturamento hidráulico[16]", o qual fez a produção interna de hidrocarbonetos aumentar cerca de 250% entre os anos de 2008 e 2019[17], volume este que fez dos EUA o maior produtor mundial do combustível em 2018 (Monaldi, 2018). Assim, o movimento estratégico de busca da "autonomia energética" permitiu que o embargo não interferisse na economia estadunidense.

Por outro lado, o bloqueio causou danos irreparáveis à Venezuela que, até 2018, teve nos EUA o seu principal parceiro comercial. A situação econômica venezuelana se tornou ainda mais calamitosa, pois o embargo ocorreu de forma concomitante à maior queda nos preços do petróleo na história – queda de 76% do valor de comercialização entre 2014 a 2016 (Iyer; Rodríguez, 2021). A soma desses dois acontecimentos justifica, em grande medida, a retração de 98,6% no ingresso de moedas estrangeiras na Venezuela, percebida entre 2013 e 2020 (Venezuela, 2021).

Assim, em contraposição à argumentação que aponta para a gestão "chavista" como a causa única da atual crise venezuelana (FMI, 2022), o presente artigo entende que, apesar de contribuir para a crise, a gestão bolivariana não foi a única responsável, e, sim, fator lateral se comparado aos dois elementos acima aventados. Apesar de não ter começado com as sanções, a recessão que reduziu o Produto Interno Bruto (PIB) venezuelano em 75%[18], entre 2013 e 2021, não pôde ser revertida também porque, quando os preços do barril apresentaram recuperação a partir de 2017, os EUA aplicaram as primeiras MCUs contra toda economia nacional, eliminando as possibilidades de recuperação do rentismo petroleiro venezuelano, modelo de crescimento que prevalece no país sul-americano desde os anos 1920 (Leon, 2022).

14 Sanções contra as empresas russas em: https://home.treasury.gov/news/press-releases/sm909 e https://home.treasury.gov/news/press-releases/sm937.

15 Conforme noticiado em https://www.washingtonpost.com/world/europe/venezuela-maduro-russia-rosneft/2020/03/28/0d38ce4a-7121-11ea-a156-0048b62cdb51_story.html

16 O método consiste na perfuração de poços por meio da fragmentação das rochas para extração de combustível líquido ou gasoso que antes eram inacessíveis.

17 Conforme noticiado em https://www.eia.gov/energyexplained/oil-and-petroleum-products/imports-and-exports.php

18 Estimativa da CEPAL disponível em https://repositorio.cepal.org/bitstream/handle/11362/47669/20/BP2021_Venezuela_es.pdf.

O EMBARGO ENQUANTO ENFORCEMENT POLÍTICA EXTERNA DOS EUA

O bloqueio contra a Venezuela representou o endurecimento da política externa dos EUA contra o processo bolivariano, o qual representou um contraponto à hegemonia estadunidense na América Latina e Caribe. A estratégia de inserção internacional do governo Chávez consistiu, desde seu início, em se contrapor ao *status quo* regional e mundial. Tanto que, em visita à China, em 1999, Chávez manifestou "descontentamento em relação à ordem mundial unipolar regida pelos estadunidenses, afirmando sua predisposição em unir forças com Pequim para, com isso, auxiliar na luta pela implementação de uma ordem mundial multipolar" (Cicero, 2015, p. 161-162).

Diversas ações bolivarianas contribuíram para cristalizar o antagonismo entre os países. Destaca-se, nesse contexto, a defesa da integração latino-americana e caribenha a partir dos acordos da Aliança Bolivariana dos Povos da Nossa América (ALBA), consolidados em 2004. Liderada pela Venezuela, a Aliança buscou se contrapor à proposta estadunidense de integração econômica territorial (ALCA), representando "uma oposição ao avanço da globalização neoliberal instituída desde a articulação das propostas liberalizantes vinculadas ao Consenso de Washington" (Cicero, 2015, p. 174-175).

Outra iniciativa bolivariana de impacto foi o PetroCaribe, estabelecido em 2005, que conferiu vantajosas condições para a compra de petróleo às nações caribenhas, com consideráveis descontos e parcelamentos a juros de 1% ao ano, representando importante apoio econômico oferecido pela Venezuela. Para países como Guiana, Jamaica e Nicarágua, o volume de financiamento obtido pelo PetroCaribe equivaleu a aproximadamente 5% do PIB dessas nações (Cicero, 2015). Em 2017, ao destinar US$ 2 milhões para iniciativas de segurança energética de países do Caribe, o Comitê do Senado dos EUA justificou a ação pela busca por "maior independência energética da Venezuela", indicando a preocupação de Washington com a influência venezuelana[19].

Contudo, a morte de Chávez e a vitória apertada de seu sucessor nas eleições de 2013 ofereceram condições favoráveis para o fortalecimento da oposição ao bolivarianismo e, consequentemente, aos projetos de integração latino-americana nos moldes propostos por Chávez. Somado a isso, tanto a queda de 76% no valor do petróleo entre 2014 e 2016 que levou a Venezuela a enfrentar uma grave crise econômica quanto a conquista da maioria no Legislativo pela oposição, em 2016, contribuíram decisivamente para que a política do bloqueio fosse levada às últimas consequências, ou seja, a deposição de Maduro. Através do embargo, Washington fez uso de estratégia de política externa semelhante à adotada contra outros países também considerados hostis (Iraque, Irã, Cuba, Síria, Coreia do Norte e, mais recentemente, Rússia e China). Todas essas nações são alvo de MCUs impostas pela Casa Branca.

Por ser uma política de Estado, a mudança de governo, em 2021, com a posse do democrata Joe Biden, não alterou o quadro. Logo nos primeiros meses da administração Biden,

19 Justificativa pode ser acessada em https://www.congress.gov/congressional-report/114th-congress/senate=-report290/1/?q-%7B%22search%22%3A%5B%22H.+Rept%-2C+114-290+-+DEPARTMENT+OF+STATE%2C+-FOREIGN+OPERATIONS%22%5D%7D&s=4&r=5.

o Secretário de Estado, Antony Blinken[20] e o assessor de segurança para o hemisfério ocidental, Juan González[21], expressaram o comprometimento de aumentar a pressão sobre o regime venezuelano. Sobre o primeiro ano do atual governo Democrata e sua relação com a Venezuela, analisou Romero (2022, p.4):

> En principio, no se observa una diferencia sustancial con respecto a lo hecho por el gobierno Trump: las relaciones diplomáticas y consulares siguen rotas con el régimen de Maduro, el gobierno de Biden ha reiterado su apoyo y reconocimiento al gobierno paralelo de Guaidó, enfatizando una salida política-electoral al caso venezolano y se mantienen las sanciones a personeros y empresas del régimen y a sus asociados.

Assim, ratificando o caráter transgovernamental do embargo contra a economia venezuelana, não houve flexibilização das sanções até maio de 2022, nem mesmo em meio as consequências humanitárias da Pandemia de Covid-19. Vale mencionar que todas as MCUs contra a Venezuela foram decisões do Poder Executivo, por meio do Departamento de Tesouro, não sendo necessária, pois, autorização legislativa para sua revogação. Isso reforça o argumento do embargo não como uma política de governo exclusiva de um partido ou presidente, mas uma iniciativa de Estado, com apoio de ambos os partidos no Legislativo.

Somente o advento da guerra na Ucrânia foi capaz de mudar o cenário em favor da Venezuela. Em razão dos esforços dos EUA para limitar as receitas da Rússia, em especial com o estabelecimento do bloqueio ao petróleo russo, se acelerou rapidamente a inflação global. Para mitigar os efeitos das MCUs contra a Rússia para o sistema energético mundial, Washington buscou a reaproximação com Caracas e, em 5 de março de 2022, autoridades do alto escalão do governo Biden foram à Venezuela, abrindo, pela primeira vez desde o início do bloqueio, um canal direto de comunicação entre os dois países.

Inicialmente, houve pequenas concessões, como as autorizações para exportação de petróleo em troca do pagamento de dívidas junto as petroleiras *Eni* e *Repsol*[22]. Também foi permitida a retomada das exportações de petróleo venezuelano pela *Chevron*, apesar da companhia estadunidense continuar sem permissão para ampliar as atividades em novos campos[23].

Por ser bastante tímida, a flexibilização inicial não permitiu a Venezuela recuperar a produção petroleira aos níveis pré-crise. Sem novos investimentos na exploração, o petróleo não pode ser extraído do subsolo. Os anos de baixo investimento deterioraram a infraestrutura e a imigração de mão de obra qualificada continuou a dificultar uma recuperação pujante. Também por isso, a produção petroleira média venezuelana cresceu de 512 mil barris diários, em 2020, ano com o pior resultado, para 761 mil no balanço do 3º trimestre de 2023. Ou seja, a produção alcançou apenas 31,1% da produção média de 2015, quando foi de 2,365 milhões de bpd[24].

Porém, em 18 de outubro de 2023, a flexibilização do embargo tornou-se substancial[25].

20 Conforme informado em https://www.voanoticias.com/investidura-presidencial-2021/nominado-secretario-estadoeeuu-seguira-reconociendo-guaido

21 Conforme noticiado em www.infobae.com/america/venezuela/2021/02/19/

22 Informação disponível em https://www.reuters.com/business/energy/exclusive-us-let-eni-repsol-ship-venezuela-oil-europe-debt-sources-2022-06-05/.

23 Conforme noticiado em https://www.reuters.com/business/energy/chevrons-output-gains-venezuela-limited-by-political-risk-ceo-says-2023-02-28/.

24 Conforme disponível em https://www.opec.org/opec_web/en/data_graphs/335.htm.

25 Conforme noticiado em https://www.france24.com/es/am%C3%A9rica-latina/20231019-estados-unidos-levanta-temporalmente-las-sanciones-sobre-el-petr%C3%B3leo-el-oro-y-el-gas-de-venezuela

Licenças autorizaram, temporariamente, as transações financeiras e comerciais, bem como investimentos nos setores de aviação, mineração e exploração de ouro, petróleo e gás[26]. Por outro lado, contas bancárias da PdVSA e do BCV no exterior seguem bloqueadas, o governo segue sem o controle da *Citgo* e *joint ventures* com empresas russas se mantiveram proibidas. Ao mesmo tempo, Washington condiciona as licenças aos acordos políticos entre o governo Maduro e o polo de oposição, tendo em vista os preparativos para as eleições presidenciais de 2024.

Apesar de reconhecer que a proximidade das eleições influenciou na data escolhida para a suspensão do bloqueio, a mudança na política externa estadunidense não deve ser explicada exclusivamente por tal fator. Resta claro que a suspensão é resultado de um movimento iniciado em 5 de março de 2022, quando emissários de Biden foram à Caracas sete dias após a Rússia invadir a Ucrânia, acontecimento este de enorme repercussão geopolítica que, em nosso entender, fundamenta em importante medida a alteração na política em relação à Venezuela. A referida missão diplomática não foi antecedida por acordos entre a oposição venezuelana e o governo bolivariano, até porque as negociações estavam há meses sem apresentar avanços. Tal argumentação é fortalecido quando se menciona o fato de que os aliados de Washington na Europa, prejudicados economicamente pela guerra na Ucrânia, pediram o retorno da Venezuela ao mercado mundial de petróleo, conforme verbalizaram, em junho de 2022, autoridades francesas[27].

26 Documentos disponíveis em https://ofac.treasury.gov/media/932226/download?inline; https://ofac.treasury.gov/media/932231/download?inline; e https://ofac.treasury.gov/media/932231/download?inline.

27 Conforme noticiado em https://www.reuters.com/business/energy/france-wants-iran-venezuela-return-oil-markets-2022-06-27/.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Este artigo buscou afastar argumentos que imputam aos insucessos, à corrupção e à inabilidade política do governo conduzido por Nicolás Maduro como causas exclusivas da principal crise econômica e social enfrentada pela Venezuela em toda sua história.

Por sua vez, a argumentação aqui apresentada trouxe elementos da história recente do país caribenho que demostram a maneira pela qual o embargo econômico imposto por Washington asfixiou o principal setor produtivo venezuelano. Por ter uma economia rentista e extremamente dependente da exportação de petróleo, a Venezuela demostrou ser presa fácil para a consolidação de uma estratégia de política externa agressiva por parte de Washington, consubstanciada a partir de 2014, com ênfase entre 2017 e 2022 e que parece estar dando sinais de arrefecimento neste exato momento, em especial por conta das reverberações no sistema energético mundial ocasionado pela Guerra na Ucrânia.

Importa salientar, por fim, que as MCUs tem sido frequentemente utilizadas pelos EUA como mecanismos eficientes para promover o *enforcement* dos seus interesses no contexto das relações internacionais. No que se refere às relações interamericanas, o bloqueio econômico imposto à Venezuela parece estar diretamente relacionado ao aumento do protagonismo chinês no hemisfério, uma vez que Caracas despontou como um dos principais atores regionais interessados em consolidar a multipolaridade na América Latina e Caribe.

REFERÊNCIAS

CICERO, P. H. M. **O rentismo petroleiro e seus impactos para a política externa venezuelana (1927-2013)**. Tese (Doutorado em Ciência Política) - Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Estadual de Campinas. Campinas, abril de 2015.

FUNDO MONETÁRIO INTERNACIONAL (FMI). **Regional spillovers from the venezuelan crisis**: migration flows and their impacto on Latin America and the Caribbean. Western hemisphere department. Departmental paper nº 2022/019. Dez. 2022. Disponível em: https://www.imf.org/en/Publications/Departmental-Papers-Policy-Papers/Issues/2022/12/01/Regional-Spillovers-from-the-Venezuelan-Crisis-Migration-Flows-and-Their-Impact-on-Latin-525729. Acesso em: 16 abr. 2023.

GAO (UNITED STATES GOVERNMENT ACCONTABILITY OFFICE). Additional Tracking

Could Aid Treasury's Efforts to Mitigate Any Adverse Impacts U.S. Sanctions Might Have on Humanitarian Assistance. **Report to Congressional Requesters**. Fev. 2021

IYER, L.; RODRÍGUEZ, F. **Hyperinflation in Venezuela.** Keough School of Global Affairs Case Study Series. South Bend, IN: Keough School of Global Affairs, University of Notre Dame, 2021.

Disponível em: https://doi.org/10.7274/r0-z7wm-f385.

LEON, L. E. P. **Soberania Alimentar e Embargo Econômico na Venezuela**. Dissertação (Mestrado em Ciências Sociais) – Departamento de Estudos Latino-Americanos da Universidade de Brasília. Brasília, novembro de 2022. Disponível em: http://repositorio2.unb.br/jspui/handle/10482/46153. Acesso em: 19 nov. 2023.

MONALDI, F. **The collapse of the Venezuelan oil industry and its global consequences**. Washington, DC: Atlantic Council, 2018.

OLIVEIROS, L. **Impacto de Las Sanciones Financeiras y Petroleiras Sobre la Economia Venezolana**. WOLA. Washington, D.C. Out. de 2020. Disponível em: https://www.wola.org/wp-content/uploads/2020/10/Oliveros-informe-completo-2.pdf.

RODRÍGUEZ, F. **Sanctions and Oil Production: Evidence from Venezuela's Orinoco Basin**. 2021. Disponível em: https://franciscorodriguez.net/2021/03/26/sanctions-and-oil-production-evidence-from-venezuelas-orinoco-basin/.

ROMERO, C.A. **Biden y Venezuela: entre el conflicto y la negociación**. Montevideo: Friedrich Ebert Stiftung, 2022.

TELESUR TV. 2021. [S. l.: s. n.]. 1 vídeo (26 min). **Venezuela entrega informe ante la CPI sobre daño causado por bloqueo de EE.UU**. Publicado pelo canal teleSUR tv. Disponível em: https://www.youtube.com/watch?v=x-Fg2VpBtcc.

VENEZUELA, República Bolivariana de. **Mensaje anual a la Nación del presidente Nicolás Maduro Moros**. Palacio Federal Legislativo. Caracas, 12 jan. 2021.

WEISBROT, M., SACHS, J. Economic Sanctions as Collective Punishment: The Case of Venezuela. **Center For Economic and Policy Research**. **Washington, DC.** Abr. 2019. Disponível em: https://cepr.net/images/stories/reports/venezuela-sanctions-2019-04.pdf.